



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 018 / 2025.

**INSTITUI O SELO EMPRESA AMIGA DA  
MULHER ÀS EMPRESAS QUE CUMPRIREM  
METAS DE VALORIZAÇÃO A PLENA VIVÊNCIA  
DA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO.**

A Câmara aprovou, e eu, Prefeito Antonio Joaquim Tomazini Filho, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho com o objetivo de premiar práticas relacionadas a políticas para mulheres, desenvolvidas por empresas privadas, no âmbito do município de São Bento do Sul.

**Art. 2º** O Selo Empresa Amiga da Mulher será concedido em três categorias distintas: bronze, prata ou ouro, com observância aos critérios previstos nesta lei, às empresas privadas que cumpram um, dois ou os três eixos que assegurem a plena vivência das mulheres no ambiente de trabalho:

I - Igualdade de oportunidades: buscar assegurar planos de carreira com maior transparência e oferecendo oportunidades equivalentes, inclusive salariais, entre homens e mulheres no crescimento profissional.

II - Igualdade entre gêneros: comprovação de medidas de apoio a mulheres que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, tais quais: oferecimento de creche ou auxílio creche, e de sala de amamentação para funcionárias que necessitem amamentar após o período de licença maternidade.

III - Eliminação da discriminação: comprovação de boas práticas de combate e

CM/SB 27/05/2025 18:12

SC

575 / 2025





prevenção ao machismo, racismo, homofobia, misoginia e assédio sexual ou moral no ambiente de trabalho.

IV - As empresas que reservarem 2% (dois por cento) das vagas de emprego às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar poderão ser asseguradas, mediante lei específica, benefícios tributários a critério do Executivo.

**Art. 3º** Para recebimento do Selo Empresa Amiga da Mulher a empresa interessada deverá inscrever junto à Secretaria responsável pedido formal de adesão contendo, a(s) categoria(s) pretendida(s), a documentação a ser definida por regramento próprio, além da comprovação dos seguintes requisitos:

§1º Cumprimento de pelo menos um dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Bronze.

§2º Cumprimento de pelo menos dois dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Prata.

§3º Cumprimento de todos os incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Ouro.

**Art. 4º** A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

**Art. 5º** A empresa poderá utilizar o selo da Empresa Amiga da Mulher em sua logomarca, produtos e material publicitário.



**Parágrafo único.** O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de março de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

PREFEITO

  
DIEGO NIESPODZINSKI

VEREADOR





## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei dispõe sobre a criação de política com foco na mulher com o objetivo de instituir o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho com o objetivo de premiar práticas relacionadas a políticas para mulheres, desenvolvidas por empresas privadas, no âmbito do município de São Bento do Sul.

No que tange a constitucionalidade da iniciativa deste parlamentar para dispor sobre o tema apresentado nesta proposição, cabe dizer que o STF considerou constitucional dois casos que envolvem a criação de programas de políticas públicas por meio de lei de iniciativa parlamentar. O primeiro e mais recente é o caso da criação do Programa Rua da Saúde, julgado por meio de AgR no RE nº 290.549/RJ, e o segundo é a ADI nº 3.394/AM que trata da criação de programa de gratuidade de testes de maternidade e paternidade.

Contudo, caso ainda reste alguma dúvida aos nobres parlamentares sobre a ausência de vício de iniciativa, devo informar que proposição aqui apresentada é idêntica a Lei Municipal nº 10.486/2022 do Município de Santo André/SP, que, inclusive, foi levada em 2022 ao Tribunal de Justiça de São Paulo para averiguação da sua constitucionalidade por suposta alegação de usurpação de competência do Poder Executivo.

O TJSP, no julgamento da ADI nº 2089882-70.2022.87.26.0000, proposto pelo Prefeito Municipal de Santo André, reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 10.486/2022, de autoria parlamentar. Na ocasião, a conclusão do Relator Xavier de Aquino foi de que:

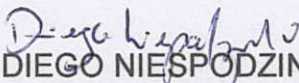
*Cuidando a norma combatida de política pública social e protetiva voltada ao interesse da comunidade, não se há reconhecer vício de inconstitucionalidade. Ora, a lei*



*guerreada não cuida de ato concreto da administração, sequer de organização e planejamento, exercendo a função de, como norma geral e obrigatória, atender ao interesse local, o que conta com o permissivo do artigo 30, inciso I, da Carta da República, aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Constituição Bandeirante.*

Em outras palavras, não há qualquer vício de constitucionalidade na presente proposição, pois há precedente judicial reconhecendo que o vereador pode legislar para criar a Lei que dispõe sobre a criação do Selo Empresa Amiga da Mulher.

Por todo o exposto, aguardo a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade e proteção aos direitos da mulher.

  
DIEGO NIESPODZINSKI  
VEREADOR





Registro: 2022.0000685454

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Direta de Inconstitucionalidade nº 2089882-70.2022.8.26.0000, Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ.

**ACORDAM**, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO IMPROCEDENTE. V.U. FARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO A EXMA.

SRA. DESª. LUCIANA BRESCIANI.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores RICARDO ANAFE (Presidente), DAMIÃO COCA, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, EVARISTO DOS SANTOS, FRANCISCO CASCONI, ADEMIR BENEDITO, CAMILO MELLO, VIANNA COTRIM, FÁBIO GOUVÊA, MATHEUS FONTES, AROLDI VIOTTI, JACOB VALENTE, JAMES SIABINI, COSTABILE E SOLIMENE, LUCIANA BRESCIANI, ELCIO TRUJILLO, LUIS FERNANDO NISHI, DÉCIO NOTARANGELI, JARIBI GOMES, MARCIA DALLA DÉA BARONE, TASSO DUARTE DE MELO, GUILHERME G. STRENGER E FERNANDO TORRES GARCIA.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

**XAVIER DE AQUINO RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**





**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2089882-70.2022.87.26.0000**

**AUTOR(S): PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ**

**RÉU(S): PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**

**COMARCA: SÃO PAULO (ÓRGÃO ESPECIAL)**

**VOTO Nº 33.355**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei**

Municipal nº 10.486, de 15 de março de 2022, de iniciativa parlamentar, que "Institui o Selo empresa amiga da mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências". Confronto da norma rechaçada em face da Lei Orgânica do Município de Santo André, o que não admite, sabido é que o exame abstrato de constitucionalidade somente pode ter por objeto leis ou atos normativos municipais, estaduais ou distritais, desde que contestados em face da própria Constituição do Estado-membro.

Apontada afronta aos artigos 25 e 176, incisos I e II da Carta Bandeirante. Inocorrência. Falta de previsão de dotação orçamentária específica que não acarreta o reconhecimento de vício de inconstitucionalidade da norma.

Iniciativa de isentar ou reduzir tributo, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual concorrente, não havendo exclusividade do Alcaide, tema que foi objeto de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo n. 743780/MG da C. Corte Suprema.

Inocorrência de afronta, igualmente, ao artigo 113 do ADCT. Inciso IV do artigo 2º da norma combatida dispõe que "As empresas que reservarem 2% (dois por cento) das vagas de emprego às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar poderão ser asseguradas, mediante lei específica, benefícios tributários a critério do Executivo", criando, alterando, sequer definindo o benefício, que ficará a critério do Executivo, não se podendo falar, por ora, em estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Lei em comento se insere no âmbito das políticas públicas protetivas da Constituição Federal que estabelece como um dos fundamentos do Estado Brasileiro "a dignidade da pessoa humana" (artigo 1º, inciso III), e inclui o direito à igualdade no rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão (artigo 5º), reconhecendo-se, para a consecução dessas políticas públicas, a competência legislativa como concorrente entre os Poderes Executivo e Legislativo, não havendo falar em vício de iniciativa. Tema 917 da C. Corte Suprema. Norma que, por outro lado, não cuida de modo concreto da administração, sequer de organização e planejamento, exercendo a função de, como norma geral obrigatória, atender ao interesse local, o que conta com o permissivo do artigo 30, inciso I, da Carta da República aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Constituição Bandeirante.

Inciso II do artigo 2º da lei combatida que, consoante entendimento do Colegiado, não padece de vício de inconstitucionalidade, na medida em que "a norma não amplia e nem restringe o prazo constitucional, e meramente premia as pessoas jurídicas que, por espontaneidade, foram além do mínimo garantido na Carta da República", ao teor do voto convergente que faz parte deste julgado.

**Ação improcedente.**

Este documento é uma cópia do original. O original encontra-se nos autos em 26/08/2022 às 16:22. O documento foi assinado digitalmente por JOSE CARLOS GONCALVES XAVIER DE AGUIAR.





Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei Municipal nº 10.486, de 15 de março de 2022, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Selo empresa amiga da mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências”.

Alega o autor que ao projeto de lei foi oposto veto total, por manifesto vício de inconstitucionalidade, formal subjetiva e material, porque a iniciativa de lei municipal que institui políticas públicas, cria projetos e programas e dispõe sobre a organização da estrutura e do pessoal da Administração e prestação de serviços públicos, matérias típicas de gestão administrativa, é exclusiva do Chefe do Executivo local (CE/SP, artigo 47, incisos II, XI, XIV e XIX), como também dispõe o artigo 42, incisos III, IV e VI, da Lei Orgânica de Santo André; aponta violação frontal pela

lei vergastada ao Princípio da Separação dos Poderes (CE/SP, artigo 5º); aduz que a lei impugnada viola, ainda, competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para a iniciativa de isentar ou reduzir tributo, atribuição da lei de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual; ademais, ao impor o acréscimo de diversas obrigações, instituir e ampliar o campo de atribuições dos órgãos da Administração, a lei municipal criou e aumentou a despesa pública, sem indicar a existência de recursos públicos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos, tampouco a respectiva previsão na lei orçamentária, em afronta ao disposto nos artigos 25 e 176, incisos I e II, da CE/SP e o disposto no artigo 163, § 6º, da CE/SP, que estabelece que a lei concessiva de isenção e/ou benefícios tributário deve ser específica, o que não se verificou na hipótese em comento; afirma que as atribuições decorrentes da Lei nº 10.486/2022 são definidas como atividades de gestão administrativa, da órbita exclusiva do Poder Executivo, visto que dispõem sobre a estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da Administração Municipal e, portanto, assim, a iniciativa do Poder Executivo foi subtraída pela atividade parlamentar, caracterizando-se a alegada inconstitucionalidade da lei.

Processada a ação, com liminar de suspensão de eficácia da norma (fls. 50/51), manifestou-se o Presidente da Câmara do Município de Santo André (fls. 63/128), batendo-se pela constitucionalidade da lei guerreada.

Sem manifestação do i. Procurador-geral do Estado (fls. 133).

Parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça (fls.138/145) pela improcedência da ação.

É o relatório.

**Prima facie** ressalva-se que o confronto das normas rechaçadas em face da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio não será objeto de análise, sabido é que o exame abstrato de constitucionalidade somente pode ter por objeto leis, decretos ou atos normativos municipais, estaduais ou distritais, desde que contestados em face da própria Constituição do Estado-membro, não se podendo admitir a inconstitucionalidade reflexa ou indireta.

No mérito, a ação improcede.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 10.486, de 15 de março de 2011, de iniciativa parlamentar, que tem o seguinte texto:

**“LEI Nº 10.486, DE 15 DE MARÇO DE 2022**

INSTITUI O SELO EMPRESA AMIGA DA MULHER ÀS EMPRESAS CUMPRIREM METAS DE VALORIZAÇÃO A PLENA VIVÊNCIA DA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO, OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





A Câmara Municipal de Santo André decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho com o objetivo de premiar práticas relacionadas a políticas para mulheres, desenvolvidas por empresas privadas, no âmbito do município de Santo André.

**Art. 2º** O Selo Empresa Amiga da Mulher será concedido em três categorias distintas - bronze, prata ou ouro - observância aos critérios previstos nesta lei, às empresas privadas que cumpram um, dois ou os três eixos e assegurem a plena vivência das mulheres no ambiente de trabalho:

- I - Igualdade de oportunidades: buscar assegurar planos de carreira com transparência e oferecendo oportunidades equivalentes, inclusive salariais, homens e mulheres no crescimento profissional.
- II - Igualdade entre gêneros: comprovação de medidas de apoio a mulheres e homens que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, tais quais: oferecimento de fraldário feminino e masculino de creche ou auxílio creche, de sala de amamentação e concessão a seus funcionários de licença paternidade por período superior ao estipulado no artigo 10º, §1º da AD.
- III - Eliminação da discriminação: comprovação de boas práticas de combate à prevenção ao machismo, racismo, homofobia, misoginia e assédio sexual ou moral no ambiente de trabalho.
- IV - As empresas que reservarem 2% (dois por cento) das vagas de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar poderão ser asseguradas, mediante lei específica, benefícios tributários a critério do Executivo.

**Art. 3º** Para recebimento do Selo Empresa Amiga da Mulher a empresa interessada deverá inscrever junto à Secretaria responsável pedido formal de adesão contendo, a(s) categoria(s) pretendida(s), a documentação a ser definida no regimento próprio, além da comprovação dos seguintes requisitos:

**§1º** Cumprimento de pelo menos um dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher categoria Bronze.

**§2º** Cumprimento de pelo menos dois dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher categoria Prata.

**§3º** Cumprimento de todos os incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Ouro.





**Art. 4º** A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

**Art. 5º** A empresa poderá utilizar o selo da Empresa Amiga da Mulher em sua logomarca, produtos e materiais publicitários.

**Parágrafo único.** O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 15 de março de 2022, 468º ano da fundação da cidade.

**PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO**

Presidente”.

Não se verifica a apontada inconstitucionalidade da norma por afronta ao disposto nos artigos 176, incisos I e II, da Constituição Estadual, que dispõem, respectivamente, que:

**“Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.**

**Artigo 176 - São vedados:**

***I - o início de programas, projetos e atividades não incluídos na lei orçamentária anual;***

***II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;***

Neste passo, há entendimento uníssono deste C. Órgão Especial no sentido de que a falta de previsão de dotação orçamentária específica não acarreta o reconhecimento de vício de inconstitucionalidade da norma, na medida em que há possibilidade de remanejamento orçamentário e, quando não, posterga-se o planejamento das despesas incluídas no exercício em que promulgada a norma para o exercício orçamentário subsequente, havendo, desta forma, apenas a sua inexecutabilidade.

Quanto ao tema, assim deixou assente este C. Órgão Especial na oportunidade do julgamento da Adi 2253/95.2017.8.26.0000, Rel. Des. Márcio Bartoli, j. em 16/5/2018, *verbis*:

Este documento é uma cópia digitalizada do original assinado digitalmente por JOSE CARLOS GONCALVES XAVIER DE AQUINO, liberado nos autos em 26/08/2022 às 16:22.



"Tem-se, desse modo, que, sobrevindo em determinado exercício orçamentário norma que tenha por consequência a assunção de gastos pela administração pública, esses gastos poderão ser absorvidos pelo orçamento de três maneiras: (i) através de sua inserção nos gastos já previstos, seja por meio da utilização de reserva orçamentária determinada rubrica, seja pelo remanejamento de verbas previstas e não utilizadas; (ii) pela complementação do orçamento aprovado com verbas adicionais, através de créditos suplementares àqueles devidamente autorizados, de créditos especiais ou extraordinários; ou, por fim, quando inviável essa complementação, (iii) através de sua inserção no planejamento orçamentário do exercício subsequente. Entende-se, assim, que a falta de previsão de dotação orçamentária específica não poderá se constituir em inafastável vício de constitucionalidade, vez que são possíveis tanto o remanejamento orçamentário, quanto sua complementação com verbas adicionais para acomodação das novas despesas. Possível, ademais, em última análise, a postergação do planejamento dos novos gastos para o exercício orçamentário subsequente, para que a administração preserve a integridade de suas finanças.

Nesse sentido dispõe a própria Constituição do Estado, que veda, em seu artigo 176, o início de programas, projetos e atividades não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais. Ausente específica previsão orçamentária do gasto, restando impossível a complementação do orçamento, deverá o dispêndio ser incluído já no orçamento subsequente. **Tratar-se-ia, portanto, de mero caso de inexistência da norma, fundamento que, todavia, não se presta a torná-la inconstitucional, sobretudo porque o encargo criado no presente caso não gera considerável impacto orçamentário."**

Igualmente não se há que falar em "competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para a iniciativa de isentar ou reduzir tributo, através da lei de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual".

Ora, sabido que a competência legislativa para elaboração de lei tributária benéfica é concorrente, tema que foi objeto de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo n. 743780/MG, nos seguintes termos: "*Tributo. Processo legislativo. Iniciativa de lei. 2. Reserva de iniciativa em matéria tributária. Inexistência. 3. Lei municipal que revoga tributo. Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade. 4. Iniciativa geral. Inexistência, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. 5. Repercussão não reconhecida. 6. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência.*" (Rel. Min. Gilmar Mendes j. em 10/10/2013).

Neste sentido, confira-se ADI 2206405-05.2021.8.26.0000, Rel. Des. Moacir Peres, j. em 08/06/2022 e ADI 2027522-02.2022.8.26.0000, Rel., Des.

Elcio Trujillo, j. em 06/7/2022, entre outras.

Não se há que falar, por outro lado, de afronta ao artigo 113 do ADCT, que prevê que "A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro", na medida em que o inciso IV do artigo 2º da norma combatida dispõe que "*As empresas que reservarem 2% (dois por cento) das vagas de emprego às mulheres vítimas de violência doméstica e familiares poderão ser asseguradas, mediante lei específica, benefícios tributários a critério do Executivo*", vale dizer, não a criação, alteração ou definição do benefício, que ficará a critério do Executivo, não se podendo falar, por ora, em estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Quanto à apontada inconstitucionalidade, ao argumento de que a iniciativa de lei municipal que institui polícias públicas, cria projetos e programas e dispõe sobre organização da estrutura e do pessoal da Administração, a prestação de serviços públicos é matéria típica de gestão administrativa, de competência exclusiva do Chefe do Executivo local (CE/SP, artigo 47, incisos II, XI, XIV e XIX), cabem as seguintes considerações.

Não se verifica o alegado vício de iniciativa legislativa, na medida em que a lei municipal não cria ou extingue cargos, funções ou empregos públicos e não fixa a respectiva remuneração; tampouco cria ou extingue Secretarias e órgãos da administração pública, sequer dispondo sobre servidores públicos e o seu regime jurídico. Vale dizer, aplicável ao caso o Tema de Repercussão Geral



917 da C. Corte Suprema que prevê, *verbis*:

*"Tese. Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que embora crie despesa para administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e" da Constituição Federal).*

Trata-se aqui de norma de implementação de políticas públicas que tem por objetivo, consoante se colhe de seu texto, a plena vivência das mulheres no ambiente de trabalho, a igualdade de oportunidades, buscando assegurar planejamento de carreira com maior transparência e oferecendo oportunidades equivalentes, inclusive salariais, entre homens e mulheres no crescimento profissional; bem assim a igualdade entre gêneros, com a comprovação de medidas de apoio a mulheres e homens que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, e também a eliminação da discriminação, através da comprovação de boas práticas de combate e prevenção ao machismo, racismo, homofobia, misoginia e assédio sexual ou moral no ambiente de trabalho.

De iniciativa louvável, a lei em comento se insere no âmbito das políticas públicas protetivas da Constituição Federal que estabelece como um dos fundamentos do Estado Brasileiro "a dignidade da pessoa humana" (artigo 1º, inciso III), e inclui o direito à igualdade no rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão (artigo 5º). Para a consecução de tais políticas públicas, reconhece-se a competência legislativa como concorrente entre os Poderes Executivo, Legislativo, observando-se os limites de atuação de cada ente, que no dizer de Hely Lopes Meirelles, assim são definidos: *"em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo provê 'in genere', o Executivo 'in specie'; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitida à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais de Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental".* E arremata o autor: *"A Câmara não administra o Município; estabelece, apenas, normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre sua execução"*<sup>1</sup>.

1 *Direito Municipal Brasileiro*. SP: Malheiros, 17ª ed., pg. 631.

Especificamente no que diz respeito às políticas de proteção à mulher, consoante publicação da C. Corte Suprema em caderno denominado "Proteção da Mulher"<sup>2</sup>:

*(...) impende ter em mente o amplo reconhecimento do fato de que, uma vez marcadas, em uma sociedade machista e patriarcal como a nossa, as relações de gênero, pelo desequilíbrio de poder, a concretização do princípio isonômico (art. 5º, I, da Lei Maior), nessa esfera — relações de gênero —, reclama a adoção de ações e instrumentos afirmativos voltados, exatamente, à neutralização da situação de desequilíbrio. Com efeito, a Constituição expressamente cometa à mulher, em alguns dispositivos, tratamento diferenciado, protetivo, na perspectiva de, nas palavras da ministra Cármen Lúcia, "acertar, na diferença de cuidado jurídico, a igualação do direito à dignidade na vida" (ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O princípio constitucional da igualdade. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990, p. 75). Assim, foi por isso que, presente a constatação da história de desfavorecimento à mulher no mercado de trabalho que o constituinte, no art. 7º, XX, incumbiu o legislador de elaborar mecanismos jurídicos de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher. Da mesma forma, a Constituição assegura à mulher, no art. 201, § 7º, I e II, aposentadoria com menor tempo de contribuição e menos*



\_da\_mulher.pdf idade, em comparação ao homem. E, enquanto o art. 10, § 1º, do ADCT, disciplinava provisoriamente a licença-paternidade prevista no art. 7º, XIX, da CF, fixa-lhe a duração de 5 dias, a licença à gestante nos termos do art. 7º, XVIII, não será inferior a 120 dias. Entendo que uma efetiva igualdade substantiva de proteção jurídica da mulher contra a violência baseada em gênero exige atuação positiva do legislador, superando qualquer concepção meramente formal de igualdade, de modo a eliminar os obstáculos, sejam físicos, econômicos, sociais ou culturais, que impedem a sua concretização. Quando o ponto de partida é uma situação indesejável de desigualdade de fato, o fim desejado da igualdade jurídica (art. 5º, caput e I, da CF), materialmente, somente é alcançado ao conferir aos desiguais tratamento desigual na medida da sua desigualdade. Indivíduos identificados como especialmente vulneráveis em função do grupo social a que pertencem têm reconhecido pelo sistema constitucional o direito à proteção do Estado, na forma de mecanismos eficazes de dissuasão, contra violações da sua integridade pessoal (Vejam-se, exemplificativamente, os arts. 129, V — populações indígenas; 227, § 1º, II — portadores de necessidades especiais físicas, sensoriais ou mentais; 230, § 1º — idoso). Sobre os desafios hermenêuticos apresentados pela urgência na concretização dos direitos fundamentais demandada na contemporaneidade, têm sido debruçados não só as cortes constitucionais das mais diversas jurisdições nacionais, mas também as cortes integrantes dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.”

(negritei).

Cuidando a norma combatida de política pública social e protetiva voltada ao interesse da comunidade, não se reconhece vício de inconstitucionalidade.

Ora, a lei guerreada não cuida de ato concreto da administração, sequer de organização e planejamento, exercendo a função de, como norma geral e obrigatória, atender ao interesse local, o que conta com o permissivo do artigo 30, inciso I, da Carta da República<sup>3</sup>, aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Constituição Bandeirante.

Neste sentido já decidiu este C. Órgão Especial na oportunidade do julgamento da ADI 2095527-18.2018.8.26.0000, Relator o Desembargador Alex Zilenovsky, j. em 26/09/2018:

“DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº

16.808, de 23 de janeiro de 2018. Iniciativa parlamentar. Institui o Selo Cidade Linda no Município de São Paulo. Inocorrência de vício de inconstitucionalidade formal, à luz dos artigos 61 da

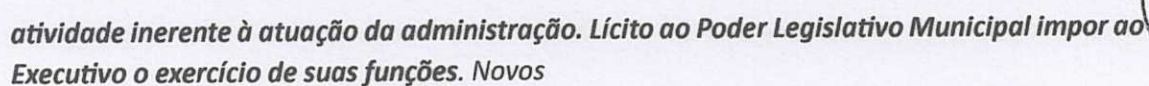
Constituição Federal e 24 da Constituição Estadual. Ausência de previsão orçamentária específica.

3 “Artigo 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local”.









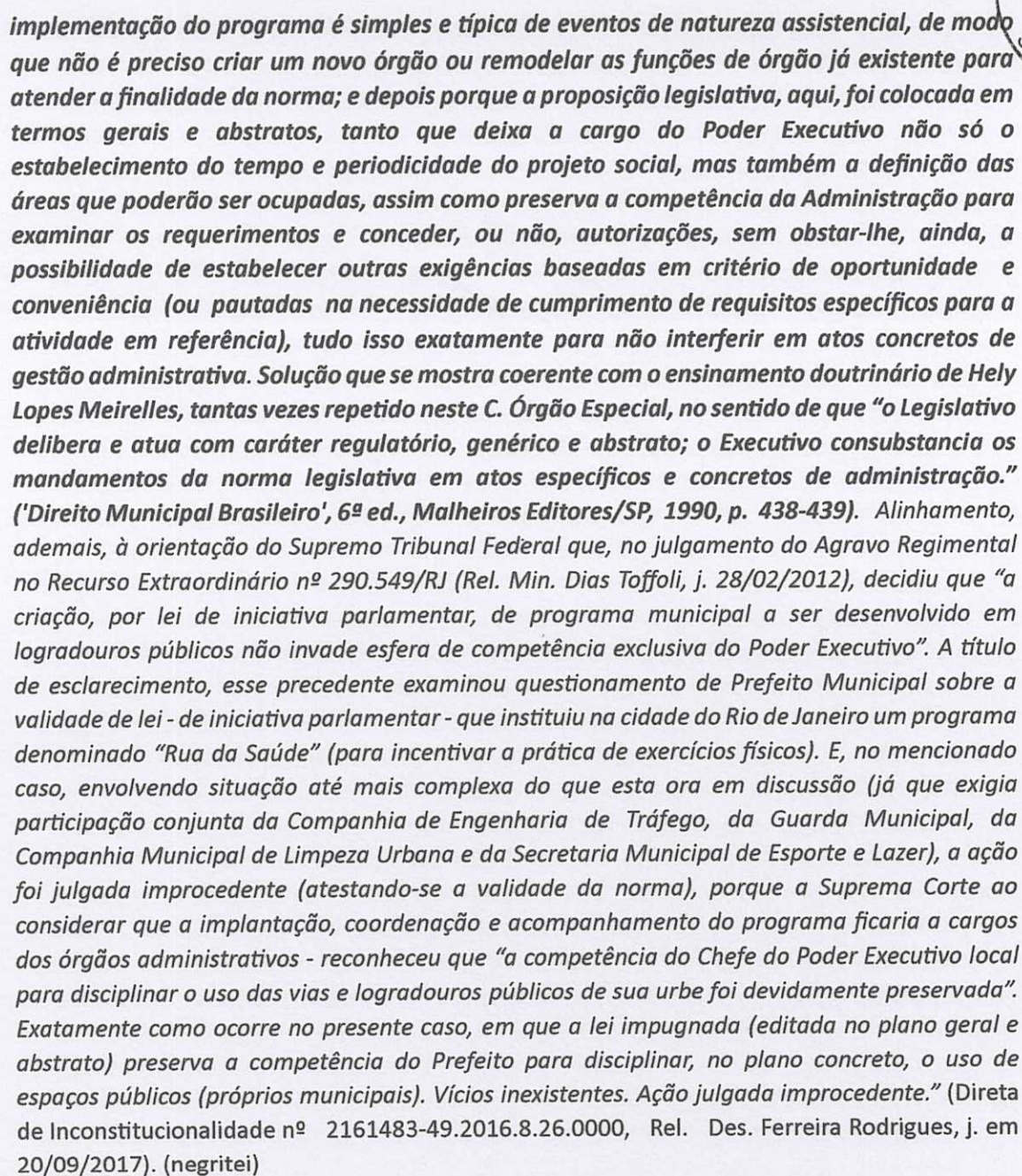
BARTOLI, j. 16/05/2018). (negritei)

*Lei nº 8.412, de 15 de julho de 2016, de iniciativa parlamentar, que “dispõe sobre o Programa ‘Comércio do Bem’, que consiste na autorização para entidades assistenciais expor e/ou comercializar produtos em próprio público municipal”.*

***Lei impugnada - de iniciativa parlamentar - que busca apenas contemplar entidades sociais e assistenciais (declaradas de utilidade pública) com oportunidade de obter renda extra para que consigam manter seus programas sociais. É o que indica a exposição de motivos de fl. 24. Matéria que está relacionada à política de incentivo aos programas sociais (prevista no art. 234da Constituição Estadual) e que não consta do rol de competência (legislativa) exclusiva do Chefe do Poder Executivo, fixado de forma taxativa no art. 24da Constituição Estadual. Sempre lembrando que o Supremo Tribunal Federal tem posicionamento consolidado no sentido de que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca” (ADI-MC 724/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 27/04/2011). É importante considerar, ademais, que, recentemente, a Suprema Corte, no julgamento do Recurso Especial nº 878.911/RJ, sob rito da repercussão geral, apreciando o Tema 917, reafirmou a jurisprudência daquela C. Corte “no sentido de que não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”***

**SEPARAÇÃO DOS PODERES. Rejeição.** Princípio da reserva de administração que, nesse caso, não é diretamente afetado, mesmo porque “o fato de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela deva ser de iniciativa privativa” do Prefeito (ADI 2444/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 06/11/2014). Entendimento que se justifica, ainda que (aparentemente) esteja sendo atribuída uma nova incumbência às secretarias municipais; e mesmo que o programa, na prática, implique em concessão de autorização de uso de espaço público (cuja atribuição é de competência exclusiva do Prefeito); primeiro porque a atividade prevista para





Observo aqui que o § 3º da lei que dispõe que “Para recebimento do Selo Empresa Amiga da Mulher a empresa interessada deverá inscrever junto à Secretaria responsável pedido formal de adesão contendo, a(s) categoria(s) pretendida(s), a documentação a ser definida por regramento próprio, além da comprovação dos seguintes requisitos” não avança em ato de gestão próprio do Executivo, sequer cria atribuições a seus órgãos, sendo que

as definições, consoante o texto do dispositivo, serão estabelecidas “por regramento próprio”.

O mesmo ocorre em relação ao parágrafo único do artigo 5º da norma que prevê que “O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo”, questão já enfrentada por este C. Órgão Especial em várias oportunidades, ao entendimento de que a previsão de publicação na internet, sem interferência na gestão do Poder Executivo não confira



inconstitucionalidade. Confira-se, a propósito, a ADI 2184535-98.2021.8.26.0000, j. 20/04/2022, Rel. Jacob Valente, com citação de jurisprudência sobre o tema, entre outras.

Quanto ao inciso II do artigo 2º, que em sua parte final traz previsão no sentido de que, *verbis*, “Art. 2º (...) II - Igualdade entre gêneros: comprovação de medidas de apoio a mulheres e homens que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, tais quais: oferecimento de fraldário feminino e masculino, de creche ou auxílio creche, de sala de amamentação e concessão a seus funcionários de licença paternidade por período superior ao estipulado no art. 10º, §1º da ADCT.”, inclinou-se este Relator pela sua inconstitucionalidade, uma vez que ampliava prazo tratado em norma constitucional, considerando-se que a **legislação municipal não poderia, sob o pretexto de observar o interesse local, contrariar legislação federal ou estadual existente, como aqui ocorreu.**

Não obstante, entendeu o Colegiado pela sua constitucionalidade, nos termos de declaração ofertada pela e. Desembargadora Luciana Bresciane, que fica fazendo parte deste julgado, no sentido de que *“a norma não amplia e nem restringe o prazo constitucional, mas meramente premia as pessoas jurídicas que, por espontaneidade, foram além do mínimo garantido na Carta da República.”*, entendimento esse abraçado por este Relator, em homenagem ao princípio da colegialidade. a ação. Diante do exposto, e **JULGO IMPROCEDENTE**

**XAVIER DE AQUINO DESEMBARGADOR DECANO RELATOR**